



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia onze de novembro de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se presença de todos os vereadores. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia quatro de novembro de dois mil e quatorze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.488/2014, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Executivo Municipal a promover a doação onerosa dos imóveis públicos aos permissionários de bens imóveis que menciona e dá outras providências”. O Senhor Presidente disse: “o Senhor Secretário leu o projeto, eu estou dando entrada nele e diante da importância do tema abordado requerido na matéria, ele é de medida de urgência, o Executivo está pedindo dispensa de interstícios e pareceres. Independente de eu consultar o Plenário, se o Plenário concordar com a dispensa de interstícios e pareceres, o projeto não vai entrar em votação hoje a pedido de alguns vereadores aqui, Gilson, o próprio Leci, Silvânio, vários deles. Todos eles pediram que esperassem para que os proprietários dos lotes pudessem ter uma oportunidade de conversar, não é isso?



Certo? Então, isso não precisa debater aqui hoje, eu não vou dar a oportunidade de ninguém discutir isso em plenário hoje. Vai ter o dia para discutir, na votação, que pode ser semana que vem. Se os vereadores entenderem que não precisa pôr a semana que vem, tem que esperar mais dias, eu vou esperar. Eu só estou falando que eu tenho a medida de urgência e eu preciso cumpri-la, não posso deixar de cumpri-la. Eu estou consultando o Plenário somente para isso. Se concordam com a dispensa de interstícios e pareceres. Não é para pôr o projeto em pauta, é só para isso. Eu não vou aceitar discutir o projeto, eu estou perguntando sobre isso”. O vereador José Guedes afirmou: “eu quero dizer, nesta noite, que conversei com os membros da minha Comissão, é o Pastor, a Ângela Lima. A nossa Comissão quer fazer o que é certo. Uma das coisas que nós vamos solicitar no acordo com o TAC é o aumento do número das prestações e um estudo profundo no total de cada empresário. Quero dizer que eu conheço a situação de vários amigos meus, pessoas que batalharam a vida toda, ganharam um buraco que é maior do que esse salão aqui, lutaram a vida toda, com paredões caríssimos de contenções e este terreno não pode ter o mesmo valor que um terreno em áreas nobres, terrenos planos. Então, é isso que eu quero dizer; e quero dizer que nós não concordamos com certas coisas que estão acontecendo em Nova Lima, principalmente, com relação a terrenos”. O Senhor Presidente falou: “eu quero deixar claro, eu deixei o vereador falar, mas nós não estamos discutindo o projeto, por favor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “eu gostaria de solicitar que o Senhor consultasse a Casa para que a gente pudesse fazer aqui a proposição de que a Promotora Pública desse para esses empresários que se instalaram no município a oportunidade de, pelo menos,



ouvi-los. Eu tive o cuidado de ouvir as proposições do prefeito, fui na Promotora Pública e ouvi o que ela tinha a dizer e também sentei com todos os empresários ou, pelo menos, com um grupo de empresários. Eu, o Fausto, o André, o José Guedes, Ângela Lima, sentamos com esses empresários e tivemos a oportunidade de perceber as colocações deles. E a gente percebe que, realmente, dentro do que eles colocaram para a gente, existe uma injustiça muito grande aí. E eu penso que é direito deles e dever nosso. Direito deles que a Promotora possa ouvi-los, que o prefeito possa ouvi-los, que nós vereadores, que já os ouvimos, e dever nosso fazer com que, só após a Promotora entrar em entendimento com eles, que a gente possa votar esse projeto na Casa. Então, a minha proposição é nesse sentido, gostaria que o Senhor consultasse o Plenário para ver a possibilidade de que a Promotora possa ouvi-los, quem sabe até aqui na própria Casa”. O Senhor Presidente disse: “vereador, essa proposição de Sua Excelência, eu vou consultar no final porque ela, praticamente, é um requerimento. Porque nós não estamos discutindo o projeto. Até acho que é certo, tem que ouvir mesmo e quanto mais prazo a gente der para votar é melhor. Mas eu só tenho que entrar com o regime que foi encaminhado para mim porque senão o projeto não é votado nem a favor, nem contra e só passa para o ano que vem e eu não vou passar uma vergonha dessas. Só por isso”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “na verdade, parabenizar o vereador Silvânio Aguiar pela colocação de chamar a Promotora. Só que ficou sem ele concluir, eu não pesquei se ele concluiu ou não, que a Comissão não concorda com a dispensa de interstícios e pareceres. E é importante também frisar que esta Casa não tem obrigação nenhuma de votar qualquer tipo de projeto, ainda que venha com regime de urgência, a



toque de caixa, sem fazer uma profunda análise. Haja vista que nós já pagamos caro por fazer isso em outras situações. Então, é um tema complexo, é um tema que merece ser discutido, merece ser analisado de uma forma bem criteriosa, mas também fazendo valer o princípio da razoabilidade porque a lei não é ferro e fogo. Isso já passou há muito tempo, embora muitas coisas sejam de ordem jurídica correta, vale dizer que nós estamos lidando com empresários do município e o consenso cabe nas decisões desta Casa, antes de qualquer outra coisa é o direito de ser ouvido. Então, por isso quero parabenizá-lo e essa minha colocação confirmando o que o vereador José Guedes falou, que nós não concordamos com a dispensa de interstícios e pareceres”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “quero deixar registrado que eu só vou votar a dispensa de interstício baseado na promessa que o senhor me fez aqui nesta mesa de que o projeto não será votado antes que a Promotora ouça os envolvidos”. O Senhor Presidente registrou: “vou fazer até um acordo com os vereadores da medida de urgência que eu vou pedir parecer em conjunto e se esse parecer for cumprido durante a semana, eu não vou pôr em votação na semana que vem se não tiver um consenso geral, enquanto não atender os proprietários de terrenos. Eu não estou preocupado em pôr correndo para votar, a minha preocupação é simplesmente, e se eu não conseguir ter um parecer em conjunto, este projeto não dá para fazer este ano. Agora, que seja votando contra ou a favor não importa. Então, estou pedindo a vocês nem é a dispensa de interstícios, estou diminuindo aqui, é só parecer conjunto. E a votação fica para assim que resolver com os empreendedores. Eles estão sentados aí, quem for o vereador que vai organizar isso vai lá e conversar porque eles estão se sentindo prejudicados, não é



isso? Há algum problema ou não?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “se o Senhor já está colocando, eu quero dizer que, da minha parte, eu não concordo com a dispensa de interstícios nem com o parecer conjunto. Eu quero dizer da minha parte, como Vice-Presidente da Comissão de Orçamento”. O Senhor Presidente afirmou: “Comissão de Orçamento...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva informou: “eu, a vereadora Ângela e o vereador José Guedes”. O Senhor Presidente falou: “são dois contra um. Comissão de Legislação e Justiça, quem é? O vereador Leci Alves Campos informou: Silvânio, Coxinha e Fausto”. O Senhor Presidente registrou: “então, eu vou desmembrar os pareceres. A sua Comissão concorda?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio disse: “eu não concordo”. O Senhor Presidente afirmou: “voto vencido, os dois concordaram. Agora a Comissão de Serviços Públicos, quem é?”. O vereador Leci Alves Campos informou: “Flávio, Silvânio e Alessandro”. O Senhor Presidente falou: “eu só estou pedindo pareceres, não estou pondo o projeto para votar, talvez eu ponha ele na última reunião, ele vai ter que ser votado para lá ou para cá. Vou consultar a última Comissão, de Serviços Públicos. Sua Excelência concorda em conjunto com a Comissão de Legislação e Justiça?”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “eu concordo, porém eu acho que esta Casa, de novo, a gente vem atropelando aquilo que já é previsto no regime de urgência. É só isso. Eu concordo”. O Senhor Presidente disse: “ótimo que o senhor concorda. Pelo menos, nós acabamos com esse processo nesse ano porque se o senhor não concorda, essas duas Comissões não fazem parecer em conjunto, aí vinha ele pedir vistas, retirada de pauta, aí não ia terminar nesse ano. E não terminar nesse ano ia ser muito feio para esta Casa. Não importa, vem para o Plenário e vota



contra ou vota a favor, quem quiser. Eu não estou pedindo ninguém para votar a favor ou contra. Eu consultei todas as Comissões. A Comissão de Orçamento tem uma semana para fazer o parecer isoladamente. E as Comissões de Serviços Públicos e de Legislação e Justiça vão fazer o parecer conjunto. Está declarado isso. Vou encaminhar primeiro o projeto à Comissão de Legislação e Justiça porque ela é a primeira Comissão que recebe o projeto. Posteriormente, com o parecer dela e com a Comissão de Serviços Públicos é encaminhado à sua Comissão na outra semana. Falou, vereador? Estou cumprindo o Regimento da Casa. Esse assunto, praticamente, está encerrado porque já foi votado pelas Comissões e já foi apreciado. Estou respeitando a sua reivindicação de fazer um parecer isolado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio afirmou: “Senhor Presidente, como Relator das duas Comissões, eu ia pedir ao Senhor que eu queria mais dias para estudar o projeto”. O Senhor Presidente falou: “não... ele já é de urgência, eu estou abrindo mão aqui, eu não posso não. O projeto vai ser encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça e à de Serviços Públicos Municipais. Tem uma semana para fazer o parecer, eu nem estou cumprindo a exigência disso aqui, nada. E daqui a uma semana, a Comissão me devolve e eu encaminho para a Comissão de Orçamento. Aí na outra semana, a Comissão de Orçamento faz o parecer, o projeto volta para a Casa para votação e aí, se precisar esperar mais algum tempo, eu vou esperar, não tem problema. Eu só não posso deixar esse projeto passar esse ano nesta Casa. Até porque, como tem muito empresário que está se sentindo prejudicado, tem muito empresário também naquela relação, que eu sei, que está precisando que vote o projeto”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “Senhor Presidente, eu só gostaria de colocar aqui para



os meus colegas de Comissão, vereador Fausto, vereador Flávio e vereador Gilson, não é? Comissão de Serviços Públicos. Não? Qual que é o outro de Serviços Públicos? Mas o Alessandro não quer participar. Eu só gostaria, com os dois vereadores especificamente aqui, que a gente pudesse conseguir agendar a visita da Promotora antes de a gente fazer o parecer. Eu tenho objeções claras com relação a algumas questões depois de ter conversado com eles. Então, eu acho que o nosso parecer tem que ser depois da conversa com a Promotora Pública”. O Senhor Presidente disse: “esperem, o projeto não está em discussão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio afirmou: “ele fala que eu não vou participar. Eu sou Relator, eu vou participar sim. Eu só não vou assinar”. O Senhor Presidente falou: “a Sua Excelência pode fazer um parecer contrário. O senhor pode participar, é um direito seu. O senhor só não vai participar de um parecer porque eles já se pronunciaram que são a favor. O senhor faz um contrário. Isso está encerrado. O projeto está sendo encaminhado para duas Comissões”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “eu só queria esclarecer o porquê que estou pedindo para só votar esse projeto depois que a Promotora ouvisse os envolvidos. Nós estamos vendo em nossa cidade governo municipal demitindo, AngloGold demitindo, Vale em recessão, Fiat demitindo, tudo envolvendo o nosso trabalhador aqui. Agora, eu ouvi de um dos empresários que estão aí, e eu também não posso dizer se é verdade ou se é mentira, que a Promotora já colocou preço e condição de pagamento. Tem gente que está custando ficar em pé lá, sem pagar nada. Se ele for pagar do jeito que ela quer, de emergência, aí são mais dez, quinze, trinta, somando tudo, quinhentas pessoas desempregadas. Onde é que eu vou fazer? Então, precisa criar uma solução mais



razoável. Tem gente aí que tem o galpão ganhado da prefeitura e está alugando. Tem gente que tomou de quem tinha direito, partiu no meio, fez galpão e alugou. Ela tem que olhar essas coisas, ir atrás dessas coisas para poder resolver as coisas com mais justiça”. O Senhor Presidente disse: “eu acho que o vereador tem razão. Eu acho excelente a ideia do vereador Silvânio, sentar com a Promotora e resolver isso para eles”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “senhor vereador Gilson, muito bem falada essa questão da gente até pensar na empregabilidade que vai acontecer com essas empresas e também com relação aos terrenos. Nós temos casos aqui em Nova Lima, que ali em frente à Faenol, uma pessoa recebeu o terreno como doação e tem uma faixa de todo tamanho escrito ‘vende-se’. Quer dizer, se nós temos empresários que vão ter que lutar para poder pagar, que dirá esse que está vendendo, hein? Além do que está vendendo, tem um do lado da Faenol, se não me engano é Cobrasa, o imóvel está lá parado, sem fazer nada, está esperando vencer o prazo também para vender. Então, realmente, a gente aqui, enquanto legislador, tem que preocupar com essa questão de terrenos e a questão dos empregos que eles geram”. O Senhor Presidente falou: “vereador, só lembrar que o projeto não está em discussão. Estou passando o projeto às Comissões de Legislação e Justiça e de Serviços Públicos Municipais. Até terça-feira me entregam e eu passo o projeto para a Comissão de Orçamento. Só aí são quinze dias. Se precisar de mais prazo, nós vamos dar mais prazo, ninguém está doido para votar nada aqui”. O vereador José Guedes registrou: “Senhor Presidente, eu quero fazer uma sugestão porque eu acho que o empresário não pode pagar pelo erro do passado. Então, eu sugeria ao Senhor, que o Senhor marcasse uma reunião com a Promotora, com todos os



vereadores e com todos os empresários para a gente resolver esse problema, que é um problema grave”. O Senhor Presidente informou: “isso que Sua Excelência pediu, o vereador Silvânio pediu, ele vai fazer no final do nosso expediente um requerimento, é aprovado pela Casa e pronto, marca”. O vereador André Luiz Vieira da Silva solicitou: “questão de ordem, Senhor Presidente. O Senhor ficou de me dar a palavra, questão de ordem”. O Senhor Presidente indagou: “é dentro disso que nós estamos discutindo?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva respondeu: “é, porque, na verdade, o Senhor não deu o direito da gente falar, mas o Senhor falou em relação ao seu interesse, para que o projeto vote ainda esse ano”. O Senhor Presidente disse: “a minha palavra, eu não sei, parece que Sua Excelência deve ter ouvido que eu falei que vote esse ano ou sim ou não”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “então, mas o Senhor disse que esse projeto tem que ser votado esse ano porque tem gente que quer que ele seja votado, como também tem gente que...”. O Senhor Presidente falou: “eu não falei que tem gente que quer votar esse ano não, falei que... vereador, não põe palavras na minha boca não. Falei que como tem pessoas que querem corrigir a injustiça, tem pessoas que querem que este projeto seja votado também para resolver os seus problemas. Foi isso que eu falei”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “foi o que eu falei, o Senhor disse que tem gente que quer que o projeto seja votado. Foi isso que eu disse”. O Senhor Presidente disse: “eu estou tendo uma complacência danada aqui, ele é de urgência. Eu não estou usando de urgência em nada”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “qualquer projeto, Senhor Presidente, que envolve matéria financeira, a Comissão de Orçamento é obrigada a analisar e a dar o parecer dela, seja favorável ou



não. A gente não está atropelando processo nenhum aqui não. Medida de urgência são quarenta e cinco dias”. O Senhor Presidente falou: “vereador, não tem quarenta e cinco dias não. Tem de três dias a quarenta e cinco dias. E isso é uma prerrogativa da Presidência, não é dos vereadores”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “tudo bem, mas se entende que qualquer projeto para ser votado tem que ser entendido”. O Senhor Presidente disse: “é o que eu estou procurando fazer”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “e quando é um projeto que tem interesse duplo, você tem que analisar os dois interessados. Então, se os interessados que se vote favorável querem que esse projeto seja votado ainda esse ano, por sua vez, aqueles que não têm interesse na votação desse projeto, não fazem a menor questão de que esse projeto seja votado esse ano”. O Senhor Presidente falou: “vota contra”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “eu não estou me referindo nem a esta Casa, estou me referindo aos interessados mesmo, que são os empresários. Então, eu entendo que o processo normal desta Casa, se tiver que passar o ano, não tem problema nenhum não. Eu estou colocando só porque o Senhor colocou. Entendeu? É a posição do Senhor, o entendimento do Senhor. E eu me acho no direito de colocar o meu posicionamento. Eu entendo que não tem que ter pressa. Ah, o prefeito quer pressa, a Promotora quer pressa, tudo bem. Mas esta Casa aqui, o que todo mundo está cansado de saber, já foi dito várias vezes aqui, principalmente enfatizado pelo vereador Flávio de Almeida várias vezes, esta Casa é um poder independente. Então, que fique apenas registrado”. O Senhor Presidente disse: “não vou me alongar mais nesse assunto, mas só lembrar vereador, que eu nesses anos que estou por aqui, estou procurando sempre cumprir o



Regimento”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 298/2014, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Cláudio Figueiredo Morais”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.483/2014, que “Dispõe sobre a autorização para realização de convênios com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para a cessão de servidores municipais, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.477/2014, que “Dispõe sobre a execução de auditoria independente em cada processo de reajuste ou revisão das tarifas de transporte público coletivo urbano no município de Nova Lima, bem como a publicidade dos dados e elementos utilizados no processo”. Em discussão, o vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “na verdade, Senhor Presidente, eu queria parabenizar o vereador Fausto Niquini pelo brilhante projeto, porque esse projeto fala de uma auditoria independente, principalmente, no período em que o Poder Executivo vai conceder o aumento da tarifa para a empresa de ônibus. E eu quero ressaltar aqui a pertinência desse seu projeto porque no último aumento que teve, o último aumento que foi concedido de passagem no município, a população não foi informada, foi surpreendida com um recado, já no próprio ônibus, no dia do aumento. E isso num domingo, num final de semana. O que mostra claramente, Senhor Presidente, público presente, meus pares, mostra claramente o desrespeito que essa empresa Via Ouro tem com a população de Nova Lima. Então, eu parabenizo o



senhor por esse projeto, inclusive, eu ressalto que o contrato da Via Ouro, embora a prefeitura não tenha me dado os aditivos, o que eu tenho é o primeiro contrato, ainda assinado na época do ex-prefeito Vítor Penido, há muito tempo atrás. Esse contrato, sem os aditivos, ele já fala de uma série de responsabilidades por conta do Executivo, de balancetes, de controle, de fiscalização, que futuramente eu vou pedir também aqui na Casa. Eu estou esperando a boa vontade do Executivo de me entregar os aditivos do contrato, até agora não me deu, mas eu vou dar entrada via Ministério Público para que se cumpra o Regimento Interno e para que ele me mande os contratos. E eu tenho certeza de que, por conta dessa sua lei, a população estará muito bem resguardada no que diz respeito ao aumento de tarifa”. O vereador José Guedes falou: “Senhor Presidente, eu quero parabenizar o meu colega, Fausto Niquini porque nós, vereadores, somos cobrados vinte e quatro horas sobre o transporte de Nova Lima. E pouquíssimas coisas foram resolvidas. Eu acho um absurdo o prefeito liberar o aumento da passagem sem ao menos comunicar à Câmara. Pelo menos comunicar a Câmara: ‘nós vamos aumentar nisso, vocês concordam?’. Atropelou mais uma vez. Quero dizer que os vereadores são sofrendores o sentido de cobrança. Porque o prefeito entra no gabinete dele lá, ele, dificilmente, vai no meio do povão, vai nos bairros. Então, uma senhora ontem, minha vizinha, me interpelou dizendo do horário de pico, que vem entre cinquenta e sessenta pessoas no ônibus. É uma trabalhadora, uma sofredora. Então, realmente, nós sofremos na carne com isso. Quantas vezes que a Câmara formou Comissões aqui e nós fomos verificar a quantidade de falta de ônibus no horário de pico, cinco horas da manhã, seis horas da manhã? Várias vezes esse vereador já foi



porque eu sou o vereador do povo. Eu sou sofredor sim, sou cobrado. Eu estou aqui para isso. Então, o senhor está de parabéns. O aumento de passagem, sendo aprovado esse projeto, ele terá que passar pelo crivo desta Câmara Municipal. O problema do transporte em Nova Lima é um caos. Não é somente a Via Ouro, a Saritur prometeu que ia colocar ônibus novos, cento e cinquenta ônibus aqui em Nova Lima, nesta sala aqui. Não colocaram nada, colocaram uma meia dúzia. E uma das passagens mais caras do Brasil é em Nova Lima. Parabéns, senhor vereador”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “muito obrigado ao vereador André e ao vereador José Guedes. Senhor Presidente, agora que os ânimos acalmaram, eu gostaria de dizer. Houve uma discussão aqui e o assunto foi acordado lá na antessala com os empresários e rolou um stress aqui, eu acho que não precisava disso. Não é? Vamos lá ouvir, realmente, as partes que interessam, está certo? E aí depois nós vamos chegar a uma conclusão. Estressam, o coração sente mal, faz mal para o corpo, para a alma, está certo? Então, é isso aí que eu queria dizer. Uma boa noite para todos”. Em primeira votação, aprovado por dez votos. O vereador Flávio de Almeida disse: “o Poder Legislativo a gente costuma dizer que é a balança entre o povo e o Executivo. Mas essa balança não funciona nem com os vereadores nesta Casa. Veja bem, eu levantei durante um ano, eu levantei cedo, eu cumpri as minhas obrigações junto com o vereador Coxinha e o vereador José Guedes, que é a Comissão da Lei Orgânica. Fizemos tudo aquilo que podia. Convidei, convoquei os vereadores, alguns foram às reuniões, não é? E cada semana eu me assusto quando eu vejo que a revisão não está na Casa. Ela entrou na semana passada e hoje ela não está. Ela deveria estar hoje na sua primeira votação, para semana que vem estar na sua



segunda. E ela não está na Casa. Eu fico pensando: até onde esse jogo vai? A gente prega a moral, mas a moral é um jogo aonde todo mundo trapaceia junto? Isso me preocupa muito. Porque cada semana é um jogo? Eu levantei cedo enquanto boa parte da Casa estava em casa descansando. Eu vim em todas as reuniões, todas, eu não faltei uma. Aí eu me assusto. Se discorda, ótimo, vota contra. Se concorda, vota a favor. Se existe para fazer uma emenda, discute o assunto. Agora, se vai aprovar ou não, tudo bem. Mas se vocês não têm respeito com a Comissão que vocês mesmos votaram. Não, gente, eu não tenho que citar nome aqui não. Vejam bem, a Lei Orgânica está aqui para ser votada na sua primeira votação? Não, gente, esse negócio de depois que terminar a reunião. 'Ah, o Flávio é estranho'. Não sou estranho não, eu sou assim mesmo, é o meu jeito mesmo. Cada um de nós tem um jeito. Agora, eu só fico assim chateado e um pouco revoltado é quando eu vejo a forma que a gente é atropelado. Eu estou sendo atropelado. Aí eu queria ir um pouco mais longe. Se é para embananar o processo, vamos embananar. Aí eu queria, Senhor Presidente, que... O Senhor pode ficar à vontade, estou entregando todo o nosso trabalho que foi feito com mais dois vereadores nesta Casa, estou entregando para a Câmara. Vocês votam quando vocês quiserem, vocês fazem a bagunça que vocês quiserem. Eu só estou, sinceramente, eu estou chateado mesmo. Viu Senhor Presidente? É porque a gente fez um trabalho sério, a gente convocou os vereadores, poucos vereadores estiveram presentes. Se tem motivo para não vir, tudo bem, cada um tem o seu motivo. Mas o de respeitar a Comissão, tem que ser respeitado sim. Não está nem em jogo outras coisas para o futuro não. Está em jogo é a reunião de hoje. E se a gente não consegue, nós mesmos, entre nós, mantermos



esse respeito, fica muito ruim. E aí, não sobra nada para mim que me sinto sozinho, nesta Casa, na data de hoje, nesse momento, que o meu trabalho vocês façam um bom uso dele. Porque foi um trabalho que quando eu estava fazendo direito eu não vi ninguém comigo e ninguém a pagar nada para mim. Eu fiz um trabalho sério. Eu fiz, uma empresa fez, o jurídico desta Casa foi junto, nós trabalhamos juntos. Então, não adianta. O Regimento tem que ser mudado, mas se for no mesmo toque de caixa da Lei Orgânica, nós vamos ficar uma vida inteira fazendo isso. Aí eu sei da compreensão do Senhor, mas eu vim na reunião e ficar calado, aí eu não sou só bobo não, eu tenho que colocar o chapéu também”. O Senhor Presidente afirmou: “já que a Sua Excelência fez o pronunciamento e eu vou pedir à Sua Excelência que pondere, esta Presidência está pedindo, palavra deste Presidente, que eu ponho ela em votação semana que vem, de uma forma ou de outra. Eu vou pôr, assumindo o compromisso com a Sua Excelência porque, realmente, foi muito tempo, tiveram tempo para muita coisa. Só que eu, democraticamente, vou conversando com algum vereador que acha que ela não está madura para isto, para aquilo e eu procuro levar numa democracia, mas parece que chega um momento em que a gente não consegue mais...”. O vereador Flávio de Almeida falou: “Senhor Presidente, depois que eu ouvi, junto com o Senhor, que o vereador não tinha lido ainda, depois de um ano, não vai ler mais não”. O Senhor Presidente registrou: “é muito tempo. Eu estou assumindo com Sua Excelência que ela entra para ser votada, a favor ou contra, na próxima terça-feira. Nós temos dez dias para que a Lei Orgânica possa ter emendas e alguma coisa. E os outros dez dias que vão cair lá para o começo de dezembro, nós acabamos de liquidar ela e votar. Este é o



compromisso que eu estou tendo com Sua Excelência”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Nélio Aurélio de Souza: Requer que esta respeitosa Casa solicite informações junto ao Poder Executivo se já foi realizado estudo de impacto ambiental e de planejamento para a solução das erosões da região conhecida como “Cascalheira”, no Bairro Jardim de Petrópolis, ao pé do Morro do Pires. Em discussão, o vereador Gilson Antônio Marques disse: “Senhor Presidente, só queria ressaltar que eu já fiz dois requerimentos dessa mesma ordem. Voto com o senhor”. O Senhor Presidente afirmou: “eu convidaria a Sua Excelência para assinar junto”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “não há necessidade porque eu já fiz dois do mesmo teor”. O Senhor Presidente registrou: “eu ia propor, eu não sabia, eu já pus em pauta senão eu poderia até tirar”. O vereador Gilson Antônio Marques disse: “pode continuar. Só estou fazendo uma ressalva”. O Senhor Presidente afirmou: “mas eu queria que a Sua Excelência assinasse, estou lhe pedindo porque já foram feitos dois requerimentos”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “perfeitamente”. O Senhor Presidente registrou: “então, está bom, o senhor assina junto o requerimento”. Aprovado, dez votos. O Senhor Presidente informou: “eu estou pondo os três aqui porque são três requerimentos que eu tenho, que eu vou sair porque só tem requerimento para ser votado e o nosso Vice-Presidente vai conduzir a reunião”. 2) Do vereador Nélio Aurélio de Souza: Requer ao Poder Executivo que seja providenciado muro de arrimo em frente à Marcenaria Carvalhos, localizada na Av. Presidente Kennedy, onde há um grande risco de desmoronamento. Aprovado, dez votos. 3) Do vereador Nélio Aurélio de Souza: Requer ao Poder Executivo sejam divulgadas as



verbas orçamentárias (em reais e respectivos percentuais do Orçamento Global) nos últimos cinco anos, destinadas exclusivamente para o setor de órtese e prótese, e os custos com convênio para hidroginástica existente até a presente data. Aprovado, dez votos. O Senhor Presidente passou a Presidência ao Vice-Presidente, vereador Alessandro Luiz Bonifácio. Prosseguindo, o Senhor Presidente Alessandro Luiz Bonifácio colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador André Luiz Vieira da Silva: Requer ao Poder Executivo o Relatório Consolidado, com as seguintes informações: Gasto com pessoal, conforme Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Receita Corrente Líquida para o cálculo com a despesa de pessoal; Memória de Cálculo evidenciando o percentual gasto com pessoal, conforme Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Data de referência do relatório, de 01 de janeiro de 2013 até 31 de outubro de 2014. Observação: as informações deverão vir descritas de forma mensal. Aprovado, nove votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “só para justificar, eu entendo até a sua surpresa porque, como eu não sou respondido em nenhum requerimento por parte do Executivo, então, eu já parei de fazer requerimento há bastante tempo. Mas há umas duas reuniões atrás eu fiz um requerimento, só que ressaltando que não era um capricho desse vereador e sim uma obrigação do Poder Executivo de prestar contas a esta Casa, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de número 101 de 2000. E o Poder Executivo, ciente de que é obrigação dele mandar o balanço quadrimestral para esta Casa, não somente para este vereador, mas para esta Casa, especialmente, para a Comissão de Orçamento, da qual eu faço parte.



Então, ele fez o favor de encaminhar e entregar na minha mão, na reunião passada, o Relatório de Gestão Fiscal, uma planilha feita no Excel, assinada, inclusive, pela diretora do departamento de contabilidade, Vanessa Ferreira Fernandes. Nada contra a diretora de departamento, mas eu entendo que o relatório ao qual a Lei de Responsabilidade Fiscal se refere, vai muito além do que essa planilha aqui nos mostra. Por isso se faz necessário, Senhor Presidente, esse requerimento com esses dados por parte do Poder Executivo. E digo mais, eu tenho aqui, eu vou conversar com os vereadores que compõem a Comissão de Orçamento da Casa, que são a vereadora Ângela Lima e o vereador José Guedes, eu tenho aqui também um pedido, mas aí é por parte da Comissão, eu vou fazer a minha assinatura, se ambos quiserem assinar. É um pedido para que se cumpra esta Lei, inclusive com a Audiência Pública. Então, o Poder Executivo, não só tem a obrigação de enviar o balanço quadrimestral, como vir a esta Casa, na Comissão de Orçamento em Audiência Pública e prestar esclarecimento. Isso está na Lei Responsabilidade Fiscal, é obrigação e é dever Casa. Estou fazendo a minha parte, vou assinar esse pedido, vou pedir aos meus companheiros que assinem também e aí a responsabilidade é do prefeito. Até, vereadora Ângela Lima, a gente poderia até firmar aqui uma data por conta da própria Comissão, mas eu entendo que a senhora, que tem um diálogo e é Presidente da Comissão, pode conversar com o prefeito, não necessariamente tem que ser ele, mas não pode ser a diretora de contabilidade, tem que ser o responsável pela parte do Secretário de Fazenda para vir aqui em uma Audiência Pública para cumprir o que se está dizendo na Lei de Responsabilidade Fiscal”. O Senhor Presidente Alessandro Luiz Bonifácio indagou: “vereador André, nesse caso,



“você vai colocar como requerimento?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva respondeu: “não, o segundo não. Não vou não, aqui nós vamos assinar o ofício. Só estou informando, Senhor Presidente”. 2) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal uma fiscalização intensa na Feira da Terra Mãos que Produzem – projeto idealizado pela Secretaria de Ação Social – na Praça Bernardino de Lima, todos os sábados. Vendedores autônomos, sem regularização da prefeitura, estão atrapalhando as vendas dos produtores da Feira. E, se confirmada a irregularidade, que sejam autuados pela prefeitura. Em discussão, o autor informou: “eu fiz este requerimento porque sábado eu estava passando aqui e vi um absurdo, talvez alguém já presenciou também, o pessoal está vindo de Belo Horizonte espalhando mercadoria na grama toda da praça, relógios, aquele tanto de camelôs, do outro lado mais camelôs. É o que esta acontecendo, a nossa receita já está baixa, os comércios vão acabar fechando as portas. Os comércios têm dois, três funcionários de Nova Lima, pagam imposto, pagam certinho. Então, eu ia pedir isso e ia pedir também às pessoas que não comprassem na mão desse pessoal. Está virando um Shopping Oiapoque aqui na praça, todo sábado. Uma vergonha. Então, eu estou pedindo fiscalização, que não seja só para a Feira, mas isso é dia de semana, tudo, e o pessoal que paga imposto está aí numa dificuldade, já vem décimo terceiro agora. E outra coisa, quando chamou a Polícia Militar, o cara ainda querendo fazer gracinha. Mercadoria que não tem nota fiscal, que não tem nada. O pessoal da Feira custa para fazer e ainda paga para montar a Feira, paga transporte, paga tudo, vem o pessoal de fora e toma dinheiro da cidade. Queria contar com os nobres companheiros vereadores na aprovação desse requerimento”. O vereador Silvânio



Aguiar Silva afirmou: “Senhor Presidente, eu já venho há mais tempo falando sobre a questão da fiscalização de posturas e tributária no município. Infelizmente, o município não tem fiscais ou se tem, tem numa quantidade que retroage há anos muito anteriores ao que a gente tem hoje. O que a gente percebe é que a cidade cresceu, o comércio de Nova Lima cresceu muito e, infelizmente, o número de fiscais em Nova Lima vem diminuindo. Eu imaginei que ao se votar a lei que regulamenta a Lei 101 aqui nesta Casa, a gente teria uma melhoria na questão do atendimento e da condução desses ambulantes no município, e não é isso que acontece. A cada dia que passa, a gente vê aumentar o número de ambulantes no município de Nova Lima. Isso não é só aqui no centro da cidade, a gente consegue ver ambulantes já em periferias da cidade, pessoas vendendo as coisas de forma irregular, produtos que não têm uma procedência. E aí, se a administração não tomar as rédeas, nós vamos ter problemas sérios no município com relação a esta questão dos ambulantes. Quando o senhor fala que isso aqui está virando um Shopping Oiapoque, lá ainda é regulamentado, aqui nem isso. Então, eu imagino que o prefeito, que o Secretário de Fazenda, agora o meu amigo Ronaldo, pessoa que eu até aproveito para cumprimentar, sei da competência do Ronaldo, mas tem que tomar uma providência, não adianta sentar na cadeira e falar que a coisa está difícil, que nós precisamos de ter esta fiscalização efetiva no município senão a gente não sabe onde vai parar”. Aprovado, nove votos. 3) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal a colocação de guarda-corpo na Rua Independência, a partir do número 110, no Bairro Centro. Aprovado, nove votos. 4) Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal que instale “câmeras olho vivo” nos Bairros



Matadouro e Chácara dos Cristais (próximo à “Nossa Fazendinha”). Em discussão, o autor falou: “mais uma vez eu faço este requerimento, é o terceiro. Quero dizer que um bairro em Nova Lima teve três homicídios em três meses. Qual o motivo que a Polícia Militar ou a prefeitura não colocam, principalmente, o ‘olho vivo’ no Bairro Matadouro? É tiro para tudo enquanto é lado. Eu sou um vereador que frequento muito aquele bairro. As pessoas, à noite, não estão podendo sair mais nas ruas. E a prefeitura, como foi dito por alguns vereadores, colocou em vários bairros e vão colocar dezesseis no centro. Então, eu tenho certeza que é picuinha com este vereador. Lá na Fazendinha, a moça do caixa tomou um tiro na perna, resvalou, pegou no joelho, praticamente aleijou a moça. Naquela região dos Cristais, próximo à Fazendinha, na rua da minha mãe, deram um tiro de 38 no portão da vizinha. Então, eu não vou ficar mendigando coisas. Eu procurei até hoje ser um vereador que na minha vida política vota as coisas corretas, independente que sejam do prefeito. Então, a gente vai na prefeitura cobra, fiz cento e poucos requerimentos, eu recebi resposta de um. A picuinha é tão grande que o prefeito já mandou colocar as placas de ruas, num total de sete, para este vereador; só que o prefeito manda, mas os seus subordinados não atendem. Quero dizer para alguns subordinados do prefeito que eu não vou ficar atrás deles para cobrar requerimentos meus, que é a obrigação deles, eles são pagos para atender o povo. As placas de ruas não são do José Guedes, o ‘olho vivo’ não é para o José Guedes. Na minha vida política, eu sou um dos vereadores nesta Casa, com vinte e dois anos e pouco, eu sou perseguido a vida toda, mas eu não vou abaixar a cabeça para certas pessoas na prefeitura. Em nenhum mandato eu abaixei porque eu vou abaixar a cabeça para certos



elementos que trabalham na prefeitura. Quero dizer que aquele episódio do cemitério é gravíssimo, olha a reportagem que uma família colocou no jornal. Aí fica mandando recadinho para mim, que vai mandar gente que eu coloquei na prefeitura, coloquei não, eu pedi. Isso, pedir um emprego para uma pessoa necessitada, que vem a você, vem ao vereador, é a coisa mais justa que tem. Fica mandando recadinho, eu não vou abaixar a cabeça. Quero dizer que o negócio do cemitério é feio porque nesse último ‘Finados’ tiveram famílias rezando no túmulo trocado porque a prefeitura errou. Até no cemitério? Fica falando que na prefeitura está faltando fiscais, como o meu colega disse, a prefeitura tem cinco mil empregados ou aproximadamente isso. O prefeito tem autonomia, quando ele quer ele faz, para remanejar funcionários, então, que coloque as pessoas adequadas nos lugares adequados, as pessoas que querem trabalhar. Isso é minha revolta. Eu não estou pedindo nada para mim. Vai lá e pergunta ao prefeito se o José Guedes, nesse tempo todo, se eu fui lá pedir alguma coisa para mim. Só peço para a população, mas eu fico chateado porque eu estou atendendo, principalmente, os mais carentes”. Aprovado, oito votos. O Senhor Presidente Alessandro Luiz Bonifácio comunicou: “quero registrar a presença das professoras do Ana Nascimento. Foi muito bom na quarta-feira, o prefeito teve uma conversa muito boa com elas. Assinou um pacto com as professoras, que não iriam ser transferidas. Então, foi muito boa a conversa com as professoras, as professoras estão de parabéns”. 5) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima seja enviada Moção de Aplausos à Rádio Comunitária Nova Lima FM, situada à Rua Marquês de Sapucaí, nº 29, Sala 305 – Centro, pelos dez anos do Programa Geração



Gospel. Em discussão, o autor registrou: “Senhor Presidente, eu gostaria de convidá-lo por saber da sua relação com o Luzimar, que assinasse esse requerimento juntamente comigo. Quero aproveitar também o ensejo para mais uma vez, já fiz isso outras vezes na Câmara, parabenizar os meios de comunicação da cidade, a exemplo do que faz o Luzimar, do que faz a Rádio Nova Lima FM. Parabenizar também ao Fred que está ali, pela TV Câmara, especificamente pela ação de filmar, de registrar e de transmitir para a população. Ando na cidade, Fred, e em vários momentos tive a oportunidade de as pessoas registrarem os momentos da Câmara, as ações nossas, do vereador, dizendo que ouviu através da TV Câmara, na TV Banqueta. É uma iniciativa que não tem preço para a cidade, eu tenho certeza e tenho dito isso com muita frequência que você marca, sem dúvida nenhuma, a questão da comunicação no município de Nova Lima de uma forma eficaz, de uma forma diferente e vai criar história, vai ser protagonista de uma história muito interessante para a nossa cidade. Então, é o momento em que eu solicito os aplausos para o Luzimar e para a Rádio Nova Lima FM, eu aproveito também o ensejo e faço essa mesma menção ao meu amigo Fred e à toda a sua equipe que é muito competente por sinal”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio solicitou: “vereador Silvânio Aguiar, se me permitir, eu queria também aqui, primeiramente registrar a presença do Rodrigo, da Nova Lima FM, que fez uma transmissão muito boa do futebol amador nesse ano, juntamente com o Fred, TV Banqueta. Então, Rodrigo, está de parabéns também. Se o vereador também puder incluir aqui, por favor”. Aprovado, oito votos. 6) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Poder Executivo a construção de um corrimão e uma escada no zigzague localizado no início do Rio das Velhas, no



Bairro Nossa Senhora de Fátima. Aprovado, oito votos. 7) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal a demarcação horizontal da via pública (em frente à Policlínica Municipal) para acesso das pessoas portadoras de deficiências físicas/cadeirantes e fiscalização do cumprimento das leis de trânsito no local. Aprovado, oito votos. 8) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal a instalação de dois banheiros químicos, sendo um masculino e um feminino, e também a instalação de dois bebedouros para os praticantes de esportes na Praça da Bíblia, no final da Avenida José Bernardo de Barros. Em discussão, o autor esclareceu: “coloquei esse requerimento aqui porque passando por lá de manhã, essa semana toda eu vi, duas senhoras pediram, não tem banheiro e o pessoal tem problema de pressão. Tem um projeto de autoria do vereador Leci Alves Campos de ter os monitores em todas as academias populares, é lei já. E outra coisa, já está lá. A lei do vereador foi sancionada pelo prefeito e é lei, só que nem para os professores tem banheiro, nem água. Os professores estão lá, se precisar ir ao banheiro, tem que pedir a alguém, em lojas, algum... Então, eu queria contar com os nobres vereadores. Tem que pedir para ir na Igreja Universal, que uma senhora falou comigo. Isso é muito sério”. O vereador José Guedes disse: “Senhor Presidente, o vereador Leci fez o projeto, foi aprovado, mas as notícias que eu tenho, vereador, é que a prefeitura vai mandar todos os monitores embora”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “a notícia que eu tenho é diferente. Vai contratar uma cooperativa de professores de Educação Física e os contratados serão demitidos em virtude desse cumprimento do percentual de 54% relacionado à despesa de pessoal. Então, vai trocar para serviço através de uma



cooperativa”. Aprovado, oito votos. 9) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Senhor Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal que faça encaminhar uma Moção de Pesar à família enlutada do Sr. Benedito Sérgio Souza e Sra. Maria José Couto Souza, pelo falecimento de seu filho, Renato Couto de Souza, ocorrido no último dia 04 de novembro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira permitiu que o vereador Leci Alves Campos assinasse a moção. Aprovado, oito votos. 10) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente da Mesa Diretora envie moção de pesar à família enlutada do Sr. Jesus Gonçalves Silva, em nome da sua esposa, Sra. Maria Auxiliadora de Oliveira Silva, residente e domiciliada à Rua Carijós, 373, Bairro Chácara dos Cristais, em Nova Lima. O vereador Leci Alves Campos permitiu que o vereador Silvânio Aguiar Silva assinasse a moção. Aprovado, oito votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, eu gostaria de pedir, em regime de urgência, para que esta Casa possa fazer um requerimento solicitando que seja organizada uma audiência pública com os empresários envolvidos na lei que versa a Mensagem 48/2014, com o Poder Público e com a Promotora de Justiça e os vereadores desta Casa. E eu vou fazer aqui uma justificativa deste meu requerimento. A gente percebeu hoje, estivemos junto com os empresários, já mencionei isso aqui, a aflição desses empresários na tentativa de reverter esse processo, que pode não ser sério para alguns, mas para outros coloca em dúvida e coloca em cheque a viabilidade do seu empreendimento. Eu, mais cedo, estive estudando o caso, existe uma teoria do fato consumado e essa teoria é importante que, de repente, discuti-la aqui com a Promotora



Pública. Essa teoria versa que uma situação jurídica que já está consumada, e é isso que a gente percebe lá no momento, que ela não pode ser modificada para alterá-la, que o Poder Público deve, sob pena de alterar a segurança jurídica, ele deve tratar isso ouvindo todas as partes. E ouvir todas as partes não é o que a gente percebeu que aconteceu no processo desses empresários. E eu vou ser muito justo com o Poder Público. Eu conversei com o prefeito hoje e eu vi na intenção do prefeito a vontade muito grande de fazer com que essa situação se resolvesse. Só que nem sempre a vontade de uma é a vontade que vai prevalecer sobre os outros. E essa vontade não significa dizer que é apenas do prefeito, até porque a gente ouviu a Promotora Pública e ela foi, eu talvez possa usar uma palavra um pouco pesada, mas ela foi intransigente ao dizer e acredito essa intransigência, que entendam o que eu vou falar, talvez não seja com uma vontade dela, mas sim uma vontade do cumprimento da lei; ela disse que não aceita fazer nenhum acordo ali naquele processo. Então, eu penso que esta Casa, enquanto representante do povo e, neste momento, representando os interesses dos empresários, porque muitas vezes isso é temerário para o vereador dizer ‘uai, mas você vai representar os interesses dos empresários?’. Vou, sim, vou representar os interesses dos empresários porque, neste momento, os interesses dos empresários representam, em última instância, arrecadação melhorada para o município, melhor qualidade de emprego. Uma pessoa que trabalha em uma empresa daquela pode-se dizer que ela trabalha na porta da casa dela. Então, muito possivelmente, ele almoça em casa, ele tem as possibilidades de estar trabalhando muito próximo de casa. Então eu, enquanto vereador, estou aqui sim, nesse momento, com o objetivo de representar os interesses



dos empresários, respeitando os interesses do Poder Público, que a gente entende que é necessário que se leve em consideração essa questão. E respeitando, também, a vontade da população de Nova Lima, essa que é a mais importante. Os empregos que são gerados ali, a produção que é gerada ali, ela gera dividendos positivos para o município. Então, nesse sentido, eu solicito, Senhor Presidente, que a gente possa fazer essa audiência pública com uma brevidade muito grande. Eu não sei aqui dos vereadores, posso me colocar à disposição para que a gente possa convidar a Promotora porque se a Promotora também disser que não quer participar desse processo, ninguém vai obrigá-la a vir aqui. Então, nós temos que ter o cuidado de convidá-la e perceber a vontade dela de participar dessa audiência pública. E que isso seja feito para ontem”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “é muito importante isso que o senhor está colocando, porque eu entendo que a Promotora está no papel dela. O Poder Executivo, na pessoa do prefeito Cássio, também está no papel dele, tentando resolver a batata quente que caiu na mão dele. E nós, enquanto vereadores, enquanto representantes da população, dos interesses do município, nós estamos também no nosso papel. Do mesmo jeito que um determinado poder não aceita imposição, nós também não somos obrigados a aceitar imposição de ninguém. Havendo divergências de pensamentos, cada um toma a decisão que achar cabível e que a justiça, na instância que lhe cabe o poder de decidir, decida. E os interessados que recorram à ela. Mas nós não podemos, de maneira nenhuma, abdicar da nossa responsabilidade, que é de fazer a coisa com critério, ouvindo e... até por conta do trabalho que eu desenvolvia, principalmente... ainda desenvolvo, mas de certa forma, limitada, mas principalmente antes de me tornar vereador, eu aprendi que toda história,



vereador Silvânio Aguiar, ela tem dois lados. E sempre que você ouve só um lado, você está propenso a cometer uma injustiça. Você tem cinquenta por cento de chance de estar cometendo uma injustiça porque toda história tem dois lados. Então, é muito pertinente o seu pedido de audiência pública, que eu concordo plenamente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “Senhor Presidente, só terminando a minha fala, eu gostaria de já sair daqui com essa data agendada, uma vez que isso não é condição para que as Comissões façam o parecer, mas que seria muito mais interessante para as Comissões fazerem o parecer já tendo ouvido a Promotora Pública, não é isso mesmo? Então, eu solicito que... é lógico que entendo que a Promotora tem uma agenda e nós temos que respeitar esta agenda, mas que essa audiência seja feita o mais breve possível. E para isso eu gostaria, ainda que a gente não tenha a agenda da Promotora, mas que já pudéssemos sair daqui com essa data acordada pelo menos. Muito obrigado, Senhor Presidente. É esse o meu requerimento”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “eu gostaria de ressaltar que no projeto de lei que foi enviado para a Casa, os empresários só vão poder ter o registro depois de pagar para poder registrar. De pagar as prestações de acordo com o que foi previsto, não é? Aqueles empresários que têm condições de pagar de uma vez, que paguem de uma vez. Agora, quem não tem, aí a gente vai propor um tempo maior para eles pagarem. Mas aqueles que têm necessidade, têm urgência de ter o registro o mais rápido possível, que a gente ouviu falar aqui hoje, que ele pague de uma vez. Eu acho que isso aí vai ser interessante, que resolva desse jeito. Mas aquele que tem necessidade de um prazo maior, que seja dado esse prazo maior para os empresários”. O vereador José Guedes afirmou: “vou ser curto e grosso.



Eu sempre digo que o Fórum é ali, a prefeitura lá, a Câmara aqui e o Ministério Público lá embaixo. Os poderes são distintos. Não me recordo qual vereador disse na reunião que a Promotora disse que não vai aceitar emenda sobre esse TAC. Então, eu quero fazer emenda, eu vou fazer emenda. Diz que ela estipulou vinte e quatro parcelas, vinte e quatro prestações. Eu conheço vários empresários que nem com sessenta, nem com oitenta, eles têm condições de pagar. Então, eu vou estudar com carinho e pedir o máximo possível de prestações porque não é justo uma pessoa conseguir um terreno através da prefeitura, principalmente, o mais acidentado, uma pessoa pobre, lutadora, que tem uma pequena firma, um pequeno rendimento. Eu deparei com alguns preços de terrenos ali que são assustadores. Eles não têm condições. A Câmara tem que ir firme e mostrar que nós temos que defender, principalmente, os mais pobres. O empresário que tem dinheiro, como a vereadora Ângela disse, quer pagar à vista, que pague. Ele tem dinheiro para isso, ele tem dinheiro para pagar dez, vinte ou cem terrenos. Tem empresário que tem cento e poucos comércios em Minas Gerais. Então, o coitadinho que tem o seu negócio pequenininho lá, é que nós temos que lutar e prestigiar. É a nossa obrigação”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “Senhor Presidente, diz que palavra falada, flecha lançada não voltam atrás. E texto sem contexto é pretexto. Eu tenho que dizer, senhor vereador José Guedes, que o senhor foi correto na fala. Só que eu tenho que tomar um cuidado muito grande com a minha fala porque foi eu quem fui na Promotora e a gente tem isso registrado em Ata. O que a Promotora disse? Ela disse que não vai aceitar que se modifique esse projeto dentro de um contexto que a gente estava conversando, ou seja, o governo fez um acordo com a junta do Ministério Público, eu



não sei especificar muito bem aqui o que é. Eu sei que nesse acordo que o governo fez, isso era em um número, salvo me engano, de no máximo seis parcelas, ela já deu uma elasticidade nisso para vinte e quatro parcelas. Então, entenda bem, quando ela fala assim ‘eu não vou aceitar’, ela está falando dentro de um contexto que ela colocou para mim. Então, eu só estou corrigindo, e sou a favor da fala do senhor, senhor vereador, penso que esse prazo deveria sim ser mais esticado, mas só estou corrigindo porque depois chega para ela assim ‘o vereador Silvânio chegou lá e falou que a senhora não vai abrir mão de maneira nenhuma’. Isso não é verdade. Ela não vai abrir mão dentro desse contexto que ela colocou para mim, que eu até compreendo. E aí eu compreendo também que a justiça está aí para isso. Mas falei naquela reunião com os empresários, nós temos que tomar um cuidado muito grande porque qualquer decisão nossa aqui, não vai afetar só a nossa vida, aliás, muito possivelmente vai afetar muito pouco a nossa vida, mas vai afetar de forma direta a vida deles que estão ali gerando tantos empregos. Então, se de repente a gente chega e dá um parecer aqui, emperra esse processo, chega lá ela fala assim ‘manda a justiça tirar todo mundo de lá’, é lógico que isso não vai acontecer dessa forma, mas a gente pode estar prejudicando um grupo de pessoas com o objetivo de ajudar. Então, tem que tomar um cuidado muito grande com o que a gente vai fazer. É uma responsabilidade muito grande. É uma decisão que nós vamos ter que tomar. Se a gente vai agradar todo mundo? Não sei, acredito que não vamos agradar todo mundo, mas essa decisão é nossa. Na vida cada escolha é uma renúncia, não é isso mesmo? Vamos ver ao que a gente vai renunciar aqui para fazer o melhor possível para a cidade e para os empresários”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “apesar



de o nobre vereador Gilson Marques não estar presente, ter saído, mas nessa semana ainda ele deverá ser submetido a um procedimento cirúrgico importante, então, eu gostaria de pedir primeiramente a Deus que intercedesse por ele e que a cirurgia fosse um sucesso, corresse tudo bem, a nós também, que fizéssemos uma oração por ele e que ele possa retornar rapidamente a esse Plenário”. O Senhor Presidente Alessandro Luiz Bonifácio disse: “dentro das suas palavras, vereador Fausto Niquini, estou vendo que semana que vem vão ter vários projetos, eu também quero registrar a minha ausência na reunião de terça-feira que vem por problemas de saúde também, em casa. Então, já estou registrando que eu não vou poder vim, por motivo de vários projetos que eu estou vendo que vão entrar na terça-feira que vem”. Requerimento aprovado por sete votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “a gente ia marcar a data da audiência aqui, mas prefiro consultar a Assessoria Parlamentar porque... não vamos marcar agora, Diego, de qualquer maneira, porque o Leci me lembrou de um fato aqui que é importante”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “vereador, eu estou analisando o seguinte, não é uma audiência pública, é uma reunião. É uma convocação de uma reunião entre os interessados que são os empresários, nós vereadores, um representante do governo e mais a Promotora Pública”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “sim”. O Senhor Presidente Alessandro Luiz Bonifácio disse : “então, retificando, vereador. O senhor vai retificar, vai retirar o pedido?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “não, vou retificar e colocar que é reunião. Sim, só trocar o texto. Que fique registrado na Ata que a gente está trocando”. O Senhor Presidente Alessandro Luiz Bonifácio falou: “retificando o pedido do vereador Silvânio Aguiar, que seja feita



uma reunião ao invés da audiência pública”. Aprovado, sete votos. O vereador José Guedes propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, mais uma vez eu vou fazer um requerimento para que a prefeitura providencie, o mais rápido possível, o aparelho que libera a multa da Lei do Silêncio. O povo não aguenta mais. Isso está enrolado na prefeitura há um ano e meio. E quero também pedir que a prefeitura faça o convênio que está há mais de um ano e meio na prefeitura, das academias que esse vereador correu atrás, através do deputado João Vitor. As academias estão aí, a prefeitura não fez um convênio, é só a colocação. Eles não colocam por picuinha, perseguição contra esse vereador. Também através do João Vitor, eu consegui uma verba para o Projeto Mariinha, aproximadamente dezesseis mil reais. Está lá emperrada. Porque fazem sacanagem com esse vereador, eu não aguento mais. Isso é sacanagem, isso é perseguição política. Estou mostrando aqui, isso não custa nada para a prefeitura, é fazer um convênio. Uma prefeitura que tem cinco mil empregados, o prefeito tem que obrigar esse pessoal a trabalhar, eu não aguento mais. Então, ficam falando que eu fico martelando a semana toda. Não, eu fico é trabalhando. Eu trabalho a semana toda, porque esses funcionários da prefeitura, que são designados para isso, cada hora dão uma desculpa para esse vereador. Agora me disseram que a Contabilidade tem que fazer uma ficha para as academias e uma ficha para a verba. O que é isso, gente? Tem que botar o pessoal para trabalhar. A Lei do Silêncio é um absurdo aqui em Nova Lima, um absurdo. E eles, por picuinha, não funciona porque é um pedido desse vereador. Não é para mim só não, é para o povo”. Os três requerimentos foram aprovados por sete votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “eu quero só justificar aqui que eu recebi



hoje um grupo de pessoas de Honório Bicalho, mas eu acho que o tema, a gente não vai conseguir tratar isso aqui hoje, até pela quantidade de vereadores, não menosprezando os vereadores que estão aqui, mas faltam vereadores, mas que queriam tratar a questão da barragem Rio Acima, especificamente, isso trazendo problemas para Honório Bicalho. Então, vereadora, eu sei, que eles me disseram que conversaram com a senhora também, eu gostaria que, na próxima reunião, se fosse possível, durante a semana, que a gente pudesse conversar sobre este assunto, mas que pudéssemos organizar com os moradores de Honório Bicalho e dar uma atenção para eles porque o caso deles é muito sério”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “inclusive, eu vou entrar em contado com o Élcio Barbosa porque foi o prefeito, na entrevista que deu na Rádio FM, ele falou que o Élcio Barbosa estaria fazendo um estudo da barragem. Então, eu vou entrar em contado com o Élcio Barbosa para a gente saber se, realmente, ele fez esse estudo ou se ainda vai fazer o estudo. E também entrar em contado com o Djalma, que é o Secretário lá da Regional, para a gente marcar um encontro e a gente estar discutindo isso. Eu acho que é pertinente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “e o último assunto que eu ia tratar, mas também não vou, mas só para deixar registrado porque tratei que falaria, é o assunto da questão da Coordenadoria dos Idosos. Eu vou só apimentar o assunto e depois a gente toca nisso numa reunião em que a gente tiver com um público maior”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Alessandro Luiz Bonifácio agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____